

A PESQUISA SOBRE REPRESENTAÇÕES DO CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Débora Ribeiro da Silva Campos (UNAMA)
Genylton Odilon Rêgo da Rocha (UFPA)

RESUMO: O presente artigo objetiva traçar o estado da arte do conhecimento sobre a produção científica a respeito da educação inclusiva no ensino superior, com ênfase nas representações sobre o currículo pelos alunos com deficiência. A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa bibliográfica feita no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foram realizadas buscas, combinando as palavras-chave deficiência, inclusão, currículo, ensino superior, representações sociais e Lefebvre, autor que fundamenta a concepção de representações ora adotada. Nos resultados constam setenta e um trabalhos, que foram agrupados em categorias. Os resultados permitiram constatar o ineditismo, mas, principalmente, a relevância de dar voz aos alunos com deficiência nas Universidades. Embora a legislação garanta seu acesso, apenas dando voz a eles, pode-se conhecer as condições de permanência, mais especificamente, as condições intrinsecamente relacionadas aos currículos de seus cursos de graduação.

Palavras-chave: Produção científica. Educação inclusiva. Ensino Superior.

STUDY ABOUT THE REPRESENTATIONS OF THE CURRICULUM IN HIGHER EDUCATION FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION

ABSTRACT: This article aims to outline a state of the art of knowledge about scientific literature in education, including higher education, with emphasis to representations of the curriculum for students with disabilities. The gathering of data was conducted from the bibliographical research of the Thesis and Dissertation Database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CIHEP). Searches were conducted combining keywords such as, disability, inclusion, curriculum, higher education, social representations and Lefebvre, the author who provides the basis for the concept of representations adopted herein. The results contain in 71 studies, grouped into categories. The results demonstrated the uniqueness, but mainly the importance of giving voice to students

with disabilities in universities. Although the legislation guarantees their access, by giving them a voice, we can understand the conditions of permanence, more specifically, the conditions intrinsically related to the curricula of their graduate courses.

Keywords: Scientific production. Inclusive education. Higher education.

Notas introdutórias

O presente artigo traz reflexões acerca da educação inclusiva de pessoas com deficiência no ensino superior e corresponde aos debates iniciais da constituição de dissertação de mestrado no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

O interesse pela temática derivou de participação no Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Currículo e Formação de Professores na Perspectiva da Inclusão (INCLUDERE/UFPa), que tem, como um de seus eixos de estudo e pesquisa, a temática da Educação Inclusiva tanto a respeito da formação de professores nesse contexto quanto a respeito da implementação de práticas efetivamente inclusivas em todos os níveis educacionais.

A partir das discussões realizadas no INCLUDERE, de minha trajetória prévia enquanto terapeuta ocupacional atuante e pesquisadora no campo da educação inclusiva de pessoas com deficiência, e de debates com meu orientador, chegamos à temática da inclusão de alunos com deficiência na Universidade Federal do Pará. A pesquisa de mestrado supramencionada tem por objeto as representações dos alunos com deficiência da Universidade Federal do Pará sobre os currículos de seus cursos de graduação. Nesse recorte, buscamos traçar um estado da arte do conhecimento sobre a produção científica a respeito da educação inclusiva no ensino superior, com ênfase nas representações sobre o currículo pelos alunos com deficiência.

O conceito de escola inclusiva encontra-se ligado à modificação tanto da estrutura quanto do funcionamento e da resposta educativa, para que todas as diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência, tenha lugar e seja contemplada. Logo, é um conceito muito mais amplo do que o de integração (MESQUITA, 2007). O paradigma da inclusão educacional busca ampliar os direitos de todos os cidadãos, com

ou sem deficiência, de todas as raças, etnias e classes sociais, no sentido de equidade social e respeito às diferenças individuais. A Declaração de Salamanca (1994), um dos principais marcos históricos da educação inclusiva no mundo, preconiza que o

[...] princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 5).

Ao assinar esta Declaração, o Brasil comprometeu-se com o alcance dos objetivos propostos, que visam à transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos. Nesse mesmo sentido, o Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, para a UNESCO (*apud* GAVIOLI, 2006, p. 145), compreende que a educação inclusiva

[...] trata de conceber a diversidade de forma digna, demandando uma cultura escolar que explore a noção de igualdade e diferença, exigindo uma reforma radical do sistema de educação e que elimine a distinção histórica entre a educação especial e a regular, a fim de conduzir a uma resposta educativa às necessidades de todos os alunos, respondendo ao princípio de igualdade de oportunidades.

Partilhando destas concepções, consideramos que a constituição desta sociedade e a escola inclusiva não se limitam apenas a uma nova engenharia didático-pedagógica, mas à formulação de políticas públicas específicas, exigindo maior preparo para o acolhimento, assim como maior sensibilidade, principalmente dos professores, para que percebam as diferenças não como desvios, mas como singularidade, como identidade, diferenças essas que nos permitem interagir de maneira individual, criar e recriar em nossas peculiaridades, que nos tira da monotonia de pensar, agir e querer igual (MESQUITA, 2007).

No contexto brasileiro, a Constituição promulgada em 1988 (BRASIL, 1988) já previa a educação inclusiva quando preconizava que o atendimento educacional às pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Posteriormente, em março de 2004 é promulgada a Lei nº 10.845 (BRASIL, 2004), garantindo atendimento especializado aos educandos que não dispusessem de habilidades para a inclusão no ensino regular, porém assegurando a inclusão progressiva dos mesmos nas salas de aula do ensino regular (MUNGUBA, 2007).

No que tange ao ensino superior, pensamos que a questão da permanência e conclusão pelo aluno com deficiência é transversalizada por vários aspectos, tais como a acessibilidade física/arquitetônica, os fatores socioeconômicos e os fatores curriculares. Compreendemos, portanto, que os alunos inseridos nesse processo de inclusão na Universidade manifestam representações acerca desses aspectos.

Estudar essas representações mostra-se, nesse contexto, como uma prioridade na perspectiva da educação inclusiva, pois, trazer à tona tais representações tende a auxiliar na compreensão da realidade e no planejamento de práticas educacionais que sejam efetivamente inclusivas. Optamos por pesquisar as representações, porque, tal como refere Lefèbvre (1979), muitas representações ativas dificilmente são percebidas, até mesmo pelos estudiosos, significando que seus conteúdos, quando conseguem ser representados, perdem sua condição de invisíveis ou não perceptíveis. Isso se explica pelo fato de que, para conviver com a novidade, as pessoas criam representações que, após diversas experiências, podem transformar-se em consciência e evidência do real. Estudando essas representações, podemos identificar e investigar situações antes desconhecidas e até mesmo historicamente ignoradas.

Dessa forma, no presente artigo, objetivamos desenvolver uma pesquisa exploratória acerca das produções científicas dos Programas de Pós-Graduação no Brasil referentes à temática das representações sobre currículo no ensino superior na perspectiva da educação inclusiva, a fim de verificar o estado da arte do objeto de pesquisa supramencionado, bem como de identificar a relevância deste.

Para tanto, realizamos a coleta dos dados ora apresentados a partir de pesquisa bibliográfica no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para a operacionalização da pesquisa, foram feitas buscas nessa plataforma, combinando as palavras-chave deficiência, inclusão, currículo, ensino superior, representações sociais e Lefèbvre, autor responsável pela concepção de representações que ora adotamos.

A seguir, apresentamos, portanto, os resultados dessa busca, enfatizando os apontamentos destes dados no que tange ao objeto eleito para estudo e às contribuições para a dissertação, que se encontra em desenvolvimento.

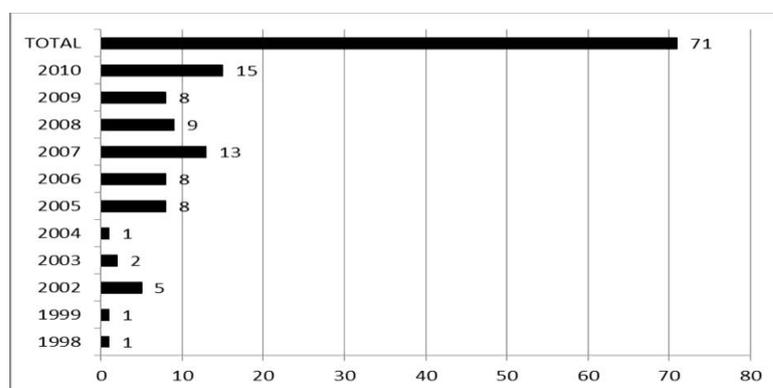
O estado da arte sobre o objeto de estudo

Conforme supracitado, a presente sessão corresponde à contextualização do objeto de estudo no campo do conhecimento científico e foi constituída a partir de um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES.

Os resultados apontaram para 71 trabalhos, expostos a seguir de acordo com as buscas realizadas. Em seguida, apresento a análise comparativa e relacional para com meu objeto de estudo, delineando as contribuições de tais trabalhos para a constituição do meu percurso no Mestrado Acadêmico em Educação, e, ao mesmo tempo, justificando a necessidade de minha pesquisa de dissertação.

O Gráfico 01, a seguir, ilustra o quantitativo de trabalhos encontrados por ano.

Gráfico 01: Quantitativo de dissertações encontradas por ano



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Com base no Gráfico 01, é possível perceber que a produção de conhecimento sobre a temática, na pós-graduação, é frequente porém oscilante. Não foram encontrados trabalhos referentes aos anos 2000 e 2001. Outra constatação possível é que, mesmo não

linear, pode-se dizer que a produção acerca da temática é crescente, se compararmos o quantitativo de trabalhos realizados nos anos iniciais (1998 e 1999) em contraposição ao quantitativo dos anos mais recentes (2009 e 2010).

Assim, é perceptível que a discussão sobre a educação inclusiva no ensino superior vem ganhando vazão crescente nas pós-graduações brasileiras, o que podemos considerar positivo diante do contexto político no qual a educação inclusiva é prescrita em legislações nacionais e internacionais.

A seguir, o Quadro 01 apresenta o quantitativo de pesquisas encontradas em forma de categorização por eixo temático. Com base nelas, apresentamos em seguida algumas reflexões e relações com minha pesquisa de mestrado.

Quadro 01: Quantitativo de dissertações encontradas
Categorizadas por eixo temático

EIXO TEMÁTICO	QUANTIDADE DE TRABALHOS
CURRÍCULO E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	11
CURRÍCULO E INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR	02
INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DE DISCENTES	20
INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR SOB A PERSPECTIVA DE DOCENTES	05
DOCENTE INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	05
FORMAÇÃO DE PROFESSORES	06
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	14
REPRESENTAÇÕES DO CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA	02
ALUNO COM DEFICIÊNCIA	05
POLÍTICAS DE INCLUSÃO	01
TOTAL	71

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES

Onze trabalhos foram distribuídos nas categorias: docente inclusivo na educação básica, alunos com deficiência e políticas de inclusão. Apesar de resultarem da busca realizada, esses trabalhos não versam especificamente sobre nenhuma das temáticas objeto deste estudo.

Vinte e cinco trabalhos encontrados forneceram dados relevantes para a percepção da relevância acadêmica da pesquisa ora em desenvolvimento, visto que cinco deles abordam a inclusão no ensino superior sob a perspectiva de docentes e outros vinte a

abordam na perspectiva de discentes com deficiência. Constatamos, por meio destes dados, a necessidade de conhecer e compreender como vem se dando a educação inclusiva nas universidades, especificamente na Universidade Federal do Pará, a qual não é mencionada em nenhuma pesquisa, a partir da concepção dos alunos com deficiência, vislumbrando achados indispensáveis para a consolidação da inclusão nesta instituição.

Treze trabalhos abordam o currículo, mas apenas dois tratam sobre a necessidade de currículos inclusivos no ensino superior, ou seja, onze trabalhos voltam seu olhar apenas para a educação básica. Tal dado aponta para a extrema relevância de se pesquisar e defender currículos inclusivos também na educação superior, tal como estamos nos propondo na pesquisa em desenvolvimento.

Temos interesse em desvelar as representações dos alunos com deficiência da UFPA, mais especificamente as representações acerca do currículo, currículo este definido por Sacristán (1991) como: um documento historicamente configurado; uma seleção de conteúdos selecionados a partir de uma determinação visão política e de acordo com os interesses de quem o seleciona; um instrumento de invenção e de ação social; o cruzamento de práticas diversas; a expressão de várias determinações políticas para a prática escolar; um instrumento de seleção de cultura; e um instrumento de expressão de determinações sociais.

Partindo destas concepções de currículo enquanto “projeto cultural elaborado sob chaves pedagógicas” (SACRISTÁN, 1991, p. 84), este pode ser compreendido como um aglomerado de códigos direcionados a modelar as práticas educacionais, de modo que necessitam estar de acordo com os contextos de sua formulação e realização. A elaboração destes códigos, muitas vezes, se dá exteriormente à prática nestes contextos, o que faz com que o currículo venha a ser um mero conglomerado de táticas apoiadas na falta de preparo docente e na imposição de esquemas técnicos sobre suas práticas (SACRISTÁN, 1991).

Conforme Alcoba (s.d.), os currículos dos cursos de graduação são geralmente muito densos e direcionados dentro da especialidade escolhida, fazendo com que haja uma restrição à sua formação como cidadão, que deveria proporcionar um olhar mais amplo, crítico e integrado sobre o mundo e sua própria atividade. Em pesquisa que este autor realizou junto a professores universitários, os mesmos referiram que

[...] o currículo ‘devia ter certa flexibilidade’ porque ainda ‘é muito engessado’ ou que o chamamos ‘grade curricular

porque é uma prisão mesmo', fruto de uma 'herança paternalista e autoritária.' Pensam que 'os currículos deviam reduzir-se a um mínimo', deixando 'o aluno compor a formação dele'(ALCOBA, s.d., p. 11).

Percebemos, assim, relevância em conhecer as representações sociais que estes alunos têm acerca desses currículos que correspondem aos seus cursos de graduação. Tal fato tende a favorecer a visualização de lacunas e potencialidades dos currículos na inclusão dos alunos com deficiência, fornecendo assim dados relevantes para a compreensão das contradições inerentes a esta realidade e, ao mesmo tempo, dados importantes a respeito do processo de educação inclusiva na Universidade Federal do Pará.

Retomando os resultados da pesquisa, seis trabalhos foram encontrados referentes à formação do professor para trabalhar em consonância com o ideário da educação inclusiva. Vale ressaltar que apenas uma das pesquisas encontradas foi realizada na Universidade Federal do Pará, meu lócus de pesquisa, a respeito da formação de professores na perspectiva da inclusão (MESQUITA, 2007). Essa pesquisa aborda o currículo, porém o currículo na formação de professores, defendendo que a formação oferecida na Universidade os capacite para atender adequadamente os alunos com deficiência.

Dezesseis trabalhos foram encontrados versando sobre representações sociais e educação inclusiva, porém apenas dois foram realizados relacionando ambos ao currículo. Desses dois trabalhos, apenas um aborda as representações do aluno com deficiência, tal como o objeto de estudo, porém em experiência que se deu na educação básica. O outro trabalho aborda o ensino superior, porém traz as representações dos docentes. Tal resultado permite constatar o ineditismo da pesquisa ora proposta, visto que em nenhuma outra universidade brasileira foi realizada pesquisa dando voz aos alunos com deficiência para conhecer suas vivências a partir dos currículos de seus cursos de graduação.

Tais dados ratificam a relevância da ampliação do arcabouço teórico sobre as representações sociais de alunos com deficiência no ensino superior, conferindo importância para este nível educacional e contribuindo para fomentar a inclusão nele.

As pesquisas mais elucidativas para nossa aproximação com o objeto de pesquisa através das representações sociais, na perspectiva de Lefebvre (1979), permitiram-nos conhecer seus percursos metodológicos sob a interpretação desta mesma teoria, o que favoreceu o processo de traçar nosso percurso metodológico.

Apesar de nenhum dos trabalhos encontrados tratar deste método em pesquisa no ensino superior, alguns forneceram subsídios iniciais para o desenvolvimento da dissertação, por referirem pesquisas em educação.

Na abordagem de Lefèbvre (1979), as representações ativas nas pessoas dificilmente são percebidas, ou seja, seus conteúdos, quando conseguem ser representados, perdem sua condição de invisíveis ou não perceptíveis. Isso se explica pelo fato de que, para conviver com a novidade, as pessoas criam representações que, após diversas experiências, podem transformar-se em consciência e evidência do real. Estudando essas representações, podemos identificar e investigar situações antes desconhecidas e até mesmo historicamente ignoradas.

Assim, mostra-se fundamental o esforço de análise das representações ativas, ou seja, as que interferem na vida dos indivíduos, dos grupos e, portanto, na sociedade, sendo importante observar que, quanto mais ativa a representação, maior sua capacidade de dissimular-se para, com isso, dissimular o real, expressando contradições decorrentes das relações de poder (ABREU, 2009).

A relevância científica em pesquisar as representações

Lefèbvre (1979) propõe um significado para as relações interpessoais e sociais enquanto representações que permanecem hierarquicamente abaixo das relações de poder, sem pretender superá-las, sendo isso entendido por ele como inerente à personalidade e ao cotidiano das pessoas, que não tinham necessidade de anulá-las, simplificá-las ou minimizar sua importância, convivendo naturalmente na sociedade.

Lefèbvre diz que as representações fazem parte da realidade e pretendem explicá-la, o que contribui, em grande medida, para ocultar as contradições que se reproduzem nas relações sociais. Além disso, as representações estabelecem uma primeira relação entre o falso e o verdadeiro, dois extremos aparentemente incomunicáveis entre si, mas visceralmente dependentes. Essa relação não se dá pela aproximação de ambos: ela só ocorre no nível de representação porque se fixa num suporte considerado verdadeiro pelo interlocutor que a sustenta. A relação que se institui entre o verdadeiro do suporte e o falso da representação só é possível por meio do desenvolvimento de equivalências no terreno subjetivo

das representações, que não se equivalem no plano do real, mas são aceitas como tal por toda a sociedade (ABREU, 2009, p. 48).

Tal citação remete à relação forma-conteúdo, a qual Lefèbvre (1979) entende que a forma sempre revela um conteúdo. Apesar disso, no mundo das representações, ela o desloca, toma o seu lugar, de modo que o conteúdo continua presente, mas dissimulado pela forma, o que denota a contradição referida no trecho supracitado.

Numa análise que parte do social para o individual, Lefèbvre aponta como principal fonte do poder das representações a dissimulação de situações que se manifestam no intuito de eliminar relações bipolares, assim como de evidenciá-las. Estas, que são tanto individuais quanto coletivas (por pairarem entre o indivíduo e o grupo e entre o indivíduo e a sociedade), ficariam reduzidas a ideias individuais, não tendo expressão coletiva, caso permanecessem neste nível. Por outro lado, não alcançariam o coletivo se não encontrassem apoio nas intenções individuais. Dessa forma, este autor considera que, tanto no plano individual, quanto no coletivo, a representação coloca em evidência uma lacuna, uma falta, preenchendo-a no âmbito do representativo, visto que esse preenchimento não acontece no plano do real. A força dessas representações reside nessa capacidade de estabelecer vínculos inexistentes no plano da realidade.

Abreu (2009) comenta que estas representações nascem a partir de interesses de grupos e classes, que impõem formas de explicar o real segundo seus interesses, fazendo com que as representações sejam geradas pelas necessidades sócio-históricas, de tal forma que seja o homem singular ou coletivo que as formule e difunda. Dessa forma, esses grupos dominantes veiculam seus interesses e aspirações nos planos pessoal e social, atuando como uma caixa de ressonância, que difunde, ao mesmo tempo que modifica a representação que passa a ser, então, coletiva.

Para Almeida (2001), nas sociedades capitalistas, a representação pode ser considerada ideológica quando difunde em todas as classes sociais e segmentos de classes, valores e concepções que pretendam justificar a dominação burguesa sobre o conjunto da sociedade, justificando esta de modo a esconder contradições inerentes a esse modo de produção, evidenciando que as relações de poder viabilizam a subordinação do conjunto da sociedade aos interesses da classe burguesa.

Assim, as representações tendem a dificultar ou impedir a transformação do real, já que distorcem a compreensão dos fatos e

das circunstâncias nas quais ocorrem, assim como das relações que se estabelecem entre eles. São elaboradas explicações apenas parciais que, omitindo alguns dados e evidenciando outros, justificam ou condenam atitudes ou condutas e, assim, dissimulam contradições presentes na realidade.

Considerações finais

A presente pesquisa bibliográfica permitiu-me constatar o ineditismo, mas, principalmente, a relevância da pesquisa que ora proponho, que reside no fato de dar voz aos alunos com deficiência nas Universidades. Sabemos que a legislação garante seu acesso, mas, dando voz a eles, conheceremos as condições de permanência, mais especificamente as condições intrinsecamente relacionadas aos currículos de seus cursos de graduação.

Compreendo que as contribuições de minha dissertação para o saber científico tendem a ser de elevada importância, na medida em que permitirá a expressão do conhecimento empírico e a consequente ampliação do arcabouço teórico e prático no campo da educação inclusiva, fornecendo dados inéditos a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior em Belém, os quais fomentarão compreensões a respeito da temática e estimularão novas pesquisas neste campo, visto que a prática educativa inclusiva encontra-se ainda em desenvolvimento e implementação.

No que se refere às contribuições para a sociedade, penso ser de extrema necessidade pesquisas que deem voz aos historicamente excluídos, evidenciando suas percepções e necessidades para que estratégias sejam pensadas, leis sejam elaboradas e medidas sejam tomadas para tornar efetiva a educação inclusiva e, conseqüentemente, o respeito à diferença e a inclusão social em nossa sociedade.

Referências

ABREU, Leonor de Oliveira. As representações sociais como base de análise da subjetividade na atuação e formação acadêmica dos psicólogos. *Rev. Fundamentos Filosóficos e Epistemológicos da Educação* – FFEE. 2009. p. 47-53.

ALCOBA, Susie de Araújo Campos. A inclusão de alunos com deficiência na universidade: O desafio pedagógico. s. d. Disponível em

<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/Vseminario/Anais_V_Seminario/educacao/comu/Ainclusão%20de%alunos%20com%20deficiencia%20na%20universidade%20-desafio%20pedagógico.pdf> Acesso em 27 de agosto de 2011, às 16:56h.

ALMEIDA, José Luiz de. *Tá na Rua*. São Paulo: Xamã, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004. Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.845.htm>

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, DF: Brasília, 1988.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 07/10/2010 às 17:32h.

GAVIOLI, Maria Aparecida. *O processo de inclusão escolar no município de Ibiúna: descobrindo caminhos... rompendo com equívocos*. Dissertação de mestrado. [Mestrado em Educação: Currículo]. Pontifca Universidade Católica. São Paulo, 2006.

GIMENO SACRISTÁN, J. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEFÈBVRE, H. *Metafilosofia – Prolongamentos*. Tradução e Introdução: Roland Corbisier. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MESQUITA, Amélia Maria Araújo. *A Formação inicial de professores e a educação inclusiva: analisando as propostas de formação dos cursos de licenciatura da UFPA*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2007.

MUNGUBA, Marilene Calderaro. Inclusão escolar. In: CAVALCANTI; Alessandra; GALVÃO, Claudia. *Terapia Ocupacional: Fundamentação e prática*. Rio de Janeiro: Guanabara, 2007. p. 519-525.

Sobre os autores:

Débora Ribeiro da Silva Campos é Terapeuta Ocupacional. Especialista em Docência da Educação Superior pela Universidade do Estado do Pará. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Professora Assistente I do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade da Amazônia (UNAMA).

Genylton Odilon Rêgo da Rocha (UFPA) é Geógrafo e Pedagogo pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Geografia (Geografia Física) pela Universidade de São Paulo. Professor Associado I da Universidade Federal do Pará, exercendo atividade de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de graduação em Geografia e Pedagogia, e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (Mestrado e Doutorado) e Enfermagem (Mestrado).

Recebido em: 02/10/2012

Aprovado em: 01/11/2013